

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Fevereiro/2016



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Judiciário
Área AdministrativaNome do Candidato
Caderno de Prova 'D04', Tipo 001Nº de Inscrição
MODELONº do Caderno
TIPO-001Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

S.P.Q.D.

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A ciência tem a função de explicar como as coisas funcionam.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 5.

Um pequeno tesouro literário, guardado com esmero durante quatro gerações, veio a público nesta quinta-feira (15.10.2015). Dezenas de documentos, fotos e 61 cartas do crítico e acadêmico José Veríssimo, recebidas do escritor Machado de Assis, foram entregues pela família de Veríssimo à Academia Brasileira de Letras (ABL).

Textos manuscritos, datados do início do século passado, e até uma fotografia e 12 cartas inéditas do patrono da Academia ficaram guardados por décadas em um antigo gaveteiro de madeira, que veio passando de geração em geração e, por último, estava no apartamento da aposentada Helena Araújo Lima Veríssimo, viúva do jornalista Jorge Luiz Veríssimo, um dos netos de José Veríssimo.

Apesar do valor histórico e sentimental do material, a família achou melhor entregar a guarda dos documentos à ABL, que tem condições ideais para preservar a coleção, em que se destaca uma foto inédita de Machado de Assis.

“O acervo do José Veríssimo estava com o marechal [Inácio José Veríssimo, filho do acadêmico], que era uma pessoa voltada para a literatura, apesar de ser militar. O marechal organizou o acervo, escreveu uma biografia de José Veríssimo e depois passou tudo para meu marido”, disse Helena.

Para o presidente da ABL, Geraldo Holanda Cavalcanti, trata-se de um acervo precioso e que pode incentivar outras famílias, detentoras de material histórico sobre os acadêmicos, a também doarem o acervo à Academia. “Isto pode despertar a atenção de outras pessoas que tenham documentos em casa e se disponham a trazer para a Academia, que é a guardiã desse tipo de acervo, que é muito difícil de ser guardado em casa, pois o tempo destrói e aqui temos a melhor técnica de conservação de documentos”, disse Cavalcanti.

(Adaptado de: OLIVEIRA, Gomes. Cartas inéditas de Machado de Assis são doadas à Academia Brasileira de Letras. www.folharondonense.com.br/cultura/cartas-ineditas-de-machado-de-assis-sao-doadas-a-academia-brasileira-de-lettras)

1. A família de José Veríssimo decidiu doar o acervo do crítico e acadêmico porque julgou que a ABL

- (A) pode manter os documentos inacessíveis a leitores e pesquisadores.
- (B) tem mais competência em divulgar os documentos ao público.
- (C) deve ser a verdadeira herdeira dos documentos de seus ancestrais.
- (D) detém as técnicas necessárias para interpretar os documentos.
- (E) é capaz de armazenar os documentos de modo mais adequado.

2. O acervo do José Veríssimo estava com o marechal [Inácio José Veríssimo, filho do acadêmico], que era uma pessoa voltada para a literatura, apesar de ser militar.

A passagem destacada permite concluir que, na opinião de Helena Araújo Lima Veríssimo,

- (A) não é muito comum haver militares interessados em literatura.
- (B) não é raro encontrar militares que entendam profundamente de literatura.
- (C) é esperado que os militares de alta patente entendam de literatura.
- (D) é natural que um filho de acadêmico se torne um militar apaixonado por literatura.
- (E) é frequente encontrar militares com formação especializada em literatura.

3. “Isto pode despertar a atenção de outras pessoas que tenham documentos em casa e se disponham a trazer para a Academia, que é a guardiã desse tipo de acervo, que é muito difícil de ser guardado em casa, pois o tempo destrói e aqui temos a melhor técnica de conservação de documentos”, disse Cavalcanti.

O termo sublinhado faz referência a

- (A) pessoas.
- (B) acervo.
- (C) Academia.
- (D) tempo.
- (E) casa.

4. O marechal organizou o acervo...

A forma verbal está corretamente transposta para a voz passiva em:

- (A) estava organizando
- (B) tinha organizado
- (C) organizando-se
- (D) foi organizado
- (E) está organizado

5. Textos manuscritos [...] e até uma fotografia e 12 cartas inéditas do patrono da Academia ficaram guardados [...] em um antigo gaveteiro de madeira...

A passagem acima está reescrita em conformidade com a norma culta, com o sentido preservado, em linhas gerais, em:

- (A) Em um antigo gaveteiro de madeira, textos manuscritos e até uma fotografia e 12 cartas inéditas do patrono da Academia reteram-se guardadas.
- (B) Um antigo gaveteiro de madeira guardaram textos manuscritos e até uma fotografia e 12 cartas inéditas do patrono da Academia.
- (C) Textos manuscritos e até uma fotografia e 12 cartas inéditas do patrono da Academia deteram-se guardados em um antigo gaveteiro de madeira.
- (D) Textos manuscritos e até uma fotografia e 12 cartas inéditas do patrono da Academia foi o que tinham guardado um antigo gaveteiro de madeira.
- (E) Um antigo gaveteiro de madeira manteve guardados textos manuscritos e até uma fotografia e 12 cartas inéditas do patrono da Academia.



Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 6 a 10.

Em 2015, o Brasil comemorou os 150 anos de nascimento de Cândido Mariano da Silva Rondon, mais conhecido como Marechal Rondon, militar e sertanista brasileiro que desbravou as regiões Centro-Oeste e Norte nos séculos 19 e 20. Por causa das expedições que comandou, passou a ser habitada a região onde está situado o estado de Rondônia, assim denominado em sua homenagem.

Rondon nasceu em Mimoso (MT), no dia 5 de maio de 1865. Descendente, por parte de mãe, dos índios terenas e bororo, e por parte de pai, dos índios guanás, logo ficou órfão, sendo criado pelo avô. Depois de sua morte, transferiu-se para o Rio de Janeiro e ingressou na Escola Militar. Depois de se formar bacharel em Ciências Físicas e Naturais e tornar-se tenente, em 1890, foi transferido para o setor do Exército que implantava linhas telegráficas por todo o país.

A partir daí, durante quase vinte anos, Rondon viajou por todo o Brasil implantando o telégrafo e eventualmente abrindo estradas. Nessas viagens, ele frequentemente encontrou tribos indígenas que não tinham contato com a civilização e, aos poucos, desenvolveu uma técnica de aproximação amigável. Rondon contribuiu também para o reconhecimento e mapeamento de grandes áreas ainda inóspitas no interior do país. A partir daí, levantou dados e informações de mineralogia, geologia, botânica, zoologia e antropologia. E encontrou, em 1906, as ruínas do Real Forte do Príncipe da Beira, a maior relíquia histórica de Rondônia.

Em 1910, organizou e passou a dirigir o Serviço de Proteção aos Índios, que viria a se tornar a Fundação Nacional do Índio (Funai). Em 1952, propôs a criação do Parque Indígena do Xingu e, no ano seguinte, inaugurou o Museu Nacional do Índio.

Rondon morreu em 1958, no Rio de Janeiro, com quase 93 anos. Dedicou a vida a promover a colonização do interior do país, pacificando e tratando os índios. Ficou conhecido pelo lema indigenista: "Morrer se for preciso, matar nunca".

(Adaptado de: "Congresso comemora na próxima semana os 150 anos do Marechal Rondon". Agência Senado. www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/04/30/congresso-comemora-na-proxima-semana-os-150-anos-do-marechal-rondon)

6. Destaca-se em Rondon

- (A) a personalidade instável e irascível.
- (B) o perfil autoritário e truculento.
- (C) o comportamento passivo e hesitante.
- (D) a atitude conformista e servil.
- (E) o espírito pacífico e desbravador.

7. Um fragmento do texto está seguido de uma tradução adequada em:

- (A) *Depois de sua morte, transferiu-se para o Rio de Janeiro... / Após seu falecimento, regressou ao Rio de Janeiro...*
- (B) *... assim denominado em sua homenagem. / ... chamado desse jeito para hostilizá-lo.*
- (C) *Por causa das expedições que comandou... / Em virtude das expedições que presidiu...*
- (D) *... e eventualmente abrindo estradas. / ... e constantemente construindo passagens.*
- (E) *... ele frequentemente encontrou tribos indígenas... / ... ele supostamente visitou comunidades indígenas...*

8. Em 1910, organizou e passou a dirigir o Serviço de Proteção aos Índios, que viria a se tornar a Fundação Nacional do Índio (Funai). Em 1952, propôs a criação do Parque Indígena do Xingu e, no ano seguinte, inaugurou o Museu Nacional do Índio.

Uma frase condizente com o que se afirma nessa passagem é:

- (A) Rondon já havia proposto a criação do Parque Indígena do Xingu quando inaugurou o Museu Nacional do Índio.
- (B) A Fundação Nacional do Índio (Funai) havia sido criada quando Rondon passou a dirigir o Serviço de Proteção aos Índios.
- (C) Ao inaugurar o Museu Nacional do Índio, Rondon propôs a criação do Parque Indígena do Xingu.
- (D) Quando organizou e passou a dirigir o Serviço de Proteção aos Índios, Rondon inaugurara o Museu Nacional do Índio.
- (E) O Serviço de Proteção aos Índios, que se tornaria a Fundação Nacional do Índio (Funai) em 1910, passou a ser organizado e dirigido por Rondon.

9. Considere as afirmações acerca da pontuação.

- I. O acréscimo de uma vírgula antes do termo sublinhado não altera o sentido do trecho: *Nessas viagens, ele frequentemente encontrou tribos indígenas que não tinham contato com a civilização...*
- II. O termo sublinhado pode estar entre vírgulas sem prejuízo para a correção gramatical do trecho: *Rondon contribuiu também para o reconhecimento e mapeamento de grandes áreas ainda inóspitas no interior do país.*
- III. As vírgulas sinalizam uma enumeração no trecho: *... levantou dados e informações de mineralogia, geologia, botânica, zoologia e antropologia.*

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.



10. Está escrita em conformidade com a norma culta a seguinte frase, formulada a partir do texto:
- (A) Marechal Rondon fez juz a todas as homenagens que lhes foram prestadas pelo povo brasileiro.
 - (B) Em 2015, as celebrações dos 150 anos do marechal Rondon estenderam-se por todo o país.
 - (C) Graças à Rondon, o telégrafo pode chegar a áreas remotas no interior do Brasil décadas a traz.
 - (D) Os povos indígenas tem muito à agradecer ao marechal Rondon, que sempre respeitou-lhes.
 - (E) Rondon foi uma especie de bandeirante, de cujas viagens permitirão colonizar o território no passado.

Atenção: Considere o poema abaixo para responder às questões de números 11 e 12.

Nós, o rio e o tempo

*Fico olhando, Maria, o nosso rio,
o Madeira da nossa Juventude.*

*Na enchente, em constante inquietude
vencendo a cada curva um desafio.*

*Para depois, no decorrer do estio,
com a ribanceira em sua plenitude
toda plantada pelo braço rude
de quem espera o fruto do plantio.*

*Mas o tempo, Maria, nos comprova
que a cada instante o rio se renova
e nós a cada instante envelhecemos.*

*Por certo ele será sempre criança
e o seu poente um canto de esperança
na saudade daquilo que vivemos.*

(SILVA, Antônio Cândido da. www.acler.com.br/?conteudo=artigosmostra&cod=318&autor=6)

11. Percebe-se, no poema, a
- (A) representação do tempo como algo imutável.
 - (B) caracterização da natureza degradada pelo homem.
 - (C) predominância de uma ambientação urbana.
 - (D) descrição do eterno conflito entre homem e mulher.
 - (E) expressão de um sentimento nostálgico.
12. Apresentam significações opostas, no poema, os termos
- (A) *rio* e *enchente*, já que o primeiro equivale à calma e o segundo, à agitação.
 - (B) *plenitude* e *Juventude*, já que o primeiro representa a tradição e o segundo, o progresso.
 - (C) *estio* e *ribanceira*, já que o primeiro faz referência à escassez e o segundo, à fartura.
 - (D) *poente* e *saudade*, já que o primeiro se refere ao futuro e o segundo, ao passado.
 - (E) *criança* e *canto*, já que o primeiro remete à alegria e o segundo, à tristeza.



13. Considere o texto abaixo.

O rio Madeira banha os estados de Rondônia e do Amazonas. ^I esse nome, pois no período de chuvas seu nível sobe e inunda grandes porções da planície florestal, trazendo troncos e restos de madeira da floresta. É um dos principais rios da bacia do Amazonas e ^{II} já foram dedicados textos literários, muitos ^{III} possuem grande valor artístico.

As lacunas I, II e III do texto acima devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

	I	II	III
A	Deram-no	para ele	os quais
B	Deram-lhe	a ele	dos quais
C	Deram-lhe	ante ele	aos quais
D	Deram-no	dele	pelos quais
E	Deram-lhe	nele	nos quais

Atenção: Considere a tirinha abaixo para responder às questões de números 14 e 15.



(DAHMER, André. Malvados. www.folha.uol.com.br/ilustrada/cartum/cartunsdiarios/#9/9/2014)

14. Na opinião do palestrante,

- (A) o arrependimento com relação à tatuagem é dado como certo.
- (B) o adulto tem mais maturidade para não se arrepender de se tatuar.
- (C) a tatuagem deve ser uma marca que diferencia jovens e adultos.
- (D) os jovens devem dedicar anos à escolha da tatuagem perfeita.
- (E) a tatuagem feita durante a vida adulta não provoca arrependimentos.

15. No que se refere ao emprego do acento indicativo de crase e à colocação do pronome, a alternativa que completa corretamente a frase *O palestrante deu um conselho... é:*

- (A) à alguns jovens que escutavam-no.
- (B) à estes jovens que o escutavam.
- (C) àqueles jovens que o escutavam.
- (D) à juventude que escutava-o.
- (E) à uma porção de jovens que o escutava.

Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático

16. Carlos presta serviço de assistência técnica de computadores em empresas. Ele cobra R\$ 12,00 para ir até o local, mais R\$ 25,00 por hora de trabalho até resolver o problema (também são cobradas as frações de horas trabalhadas). Em um desses serviços, Carlos resolveu o problema e cobrou do cliente R\$ 168,25, o que permite concluir que ele trabalhou nesse serviço

- (A) 5 horas e 45 minutos.
- (B) 6 horas e 15 minutos.
- (C) 6 horas e 25 minutos.
- (D) 5 horas e 25 minutos.
- (E) 5 horas e 15 minutos.



17. Paula e Renata gastaram, juntas, R\$ 48,00 na compra de bilhetes de uma loteria, sendo que Paula contribuiu com R\$ 12,00 dessa quantia. As duas foram sorteadas, ganhando um prêmio de R\$ 120.000,00. Na partição desse prêmio entre elas, que foi feita proporcionalmente ao dinheiro que cada uma deu na compra dos bilhetes, Renata ficou com
- (A) R\$ 90.000,00.
 - (B) R\$ 75.000,00.
 - (C) R\$ 86.000,00.
 - (D) R\$ 84.000,00.
 - (E) R\$ 92.000,00.

18. Alberto fez uma dieta com nutricionista e perdeu 20% do seu peso nos seis primeiros meses. Nos seis meses seguintes Alberto abandonou o acompanhamento do nutricionista e, com isso, engordou 20% em relação ao peso que havia atingido. Comparando o peso de Alberto quando ele iniciou a dieta com seu peso ao final dos doze meses mencionados, o peso de Alberto
- (A) reduziu 4%.
 - (B) aumentou 2%.
 - (C) manteve-se igual.
 - (D) reduziu 5%.
 - (E) aumentou 5%.

19. Perguntaram para Álvaro, Bernardo e Cléber quanto filhos eles tinham, e eles responderam:

- Eu tenho 4 (Álvaro);
- Eu tenho 3 (Bernardo);
- Eu tenho 5 (Cléber).

Sabendo-se que um deles mentiu para mais do que realmente tem, e que os outros dois disseram a verdade, a soma máxima correta do número de filhos das três pessoas citadas é igual a

- (A) 9.
- (B) 11.
- (C) 7.
- (D) 12.
- (E) 13.

20. Observe os cinco primeiros termos de uma sequência numérica:

523, 520, 517, 514, 511, ...

Mantido o mesmo padrão da sequência, o menor número não negativo dela será

- (A) 0.
- (B) 1.
- (C) 3.
- (D) 2.
- (E) 4.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Constitucional

21. Considere os seguintes cargos:

- I. Desembargador de Tribunal de Justiça.
- II. Juiz Estadual.
- III. Juiz do Trabalho.
- IV. Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.
- V. Procurador de Justiça do Estado de Rondônia.

Poderão fazer parte da composição do Conselho Nacional de Justiça os indicados em

- (A) IV e V, apenas.
- (B) I, IV e V, apenas.
- (C) I, II, IV e V, apenas.
- (D) I, II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

22. O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á no total de

- (A) vinte e sete Ministros nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.
- (B) vinte e sete Ministros nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.
- (C) dezessete Ministros nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.
- (D) dezessete Ministros nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.
- (E) onze Ministros nomeados pelo Congresso Nacional, após aprovação do Presidente da República.

23. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, ele será submetido a julgamento perante o

- (A) Supremo Tribunal Federal, quando tratar de crime de responsabilidade.
- (B) Senado Federal, quando tratar de crime de responsabilidade.
- (C) Congresso Nacional, quando tratar de crime de responsabilidade.
- (D) Senado Federal, quando tratar de infração penal comum.
- (E) Congresso Nacional, quando tratar de infração penal comum.

24. No tocante à associação sindical, considere:

- I. A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- II. É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
- III. O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- IV. Para empresas com cento e cinquenta empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

De acordo com a Constituição Federal, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) I, III e IV.

25. As irmãs Catarina e Gabriela são brasileiras naturalizadas. Ambas possuem carreira jurídica brilhante, destacando-se profissionalmente. Catarina almeja ocupar o cargo de Ministra do Supremo Tribunal Federal e Gabriela almeja ocupar o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho. Neste caso, com relação ao requisito nacionalidade,

- (A) nenhuma das irmãs poderá alcançar o cargo almejado.
- (B) ambas as irmãs poderão alcançar o cargo almejado, independentemente de qualquer outra exigência legal.
- (C) apenas Gabriela poderá alcançar o cargo almejado.
- (D) apenas Catarina poderá alcançar o cargo almejado.
- (E) ambas as irmãs só poderão alcançar o cargo almejado se tiverem mais de quinze anos de naturalização.

Noções de Direito Administrativo

26. Sobre atos administrativos, considere:

- I. Os atos administrativos vinculados comportam anulação e revogação.
- II. Em regra, os atos administrativos que integram um procedimento podem ser revogados.
- III. A competência para revogar é intransferível, salvo por força de lei.

Está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II, apenas.



27. Em razão do caos da limpeza pública em determinado Município do Acre, que afetou, inclusive, a situação ambiental da Cidade, a Prefeitura dispensou o procedimento licitatório, justificando tratar-se de situação emergencial. Assim, efetivou a contratação direta e imediata de empresa para a prestação dos serviços de limpeza. Nesse caso, os serviços deverão ser concluídos em prazo máximo, contado, em dias consecutivos e ininterruptos, da ocorrência da emergência, sendo vedada a prorrogação do respectivo contrato. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, o prazo a que se refere o enunciado é de
- (A) 210 dias.
(B) 120 dias.
(C) 90 dias.
(D) 60 dias.
(E) 180 dias.
28. Claudio, servidor público do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, ausentou-se do País para missão oficial no exterior. O mencionado afastamento observou todos os trâmites legais e perdurou por quatro anos, tendo Claudio regressado ao Brasil em 2012, assumindo suas atividades. Em 2014, Claudio pleiteou novo afastamento para estudo no exterior. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, o afastamento pleiteado
- (A) não será possível, pois somente decorrido o período de três anos contados do término do anterior afastamento é que se admite a nova ausência.
(B) é possível.
(C) não será possível, pois somente decorrido o período de quatro anos contados do término do anterior afastamento é que se admite a nova ausência.
(D) não é cabível, pois trata-se da mesma espécie de afastamento concedido anteriormente, sendo necessário o transcurso de dez anos para que o servidor tenha direito.
(E) não se aplica a servidores que já fizeram jus a benefício semelhante, como é o caso de Claudio.
29. No curso de determinado processo administrativo de âmbito federal, a norma administrativa em discussão foi devidamente interpretada e, em seguida, extinto o processo. Posteriormente, a Administração pública deu nova interpretação à mesma norma, e desarquivou o mencionado processo administrativo para aplicá-la retroativamente. Nos termos da Lei nº 9.784/1999,
- (A) só será possível a aplicação retroativa de nova interpretação quando deferida pelo Chefe do Poder Executivo.
(B) é possível aplicação retroativa de nova interpretação, desde que em prol do interesse particular.
(C) sempre será possível a aplicação retroativa de nova interpretação.
(D) só será possível a aplicação retroativa de nova interpretação quando postulada pelo particular.
(E) é vedada aplicação retroativa de nova interpretação.
30. Considere a seguinte situação hipotética: o Prefeito de determinado Município de Rondônia foi processado por improbidade administrativa juntamente com a empresa YX e seu responsável Josberto. No curso da ação, restou comprovado que o procedimento licitatório foi forjado, de modo a ser contratada a empresa YX, gerando prejuízos aos cofres públicos, além de enriquecimento ilícito aos envolvidos. Em sua defesa, Josberto, proprietário da empresa, sustentou ser parte ilegítima, por ser particular e não estar sujeito às disposições da Lei de Improbidade Administrativa. A tese de Josberto está
- (A) incorreta, pois responde por todas as sanções previstas na Lei para os agentes públicos.
(B) correta, pois não está sujeito às disposições da Lei de Improbidade.
(C) incorreta, pois responde às sanções previstas na Lei de Improbidade, de acordo com o que é cabível aplicar aos particulares.
(D) incorreta, pois responde por todas as sanções, exceto ressarcimento ao erário que deverá ser pleiteado através de ação própria.
(E) incorreta, pois responderá por uma única sanção prevista na Lei de Improbidade, qual seja, a suspensão dos direitos políticos.
- Noções de Direito do Trabalho**
31. A doutrina dominante classifica como fontes formais autônomas do Direito do Trabalho:
- (A) a Constituição Federal e as Medidas Provisórias.
(B) as Portarias do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
(C) os fatos sociais e políticos que contribuíram para formação e a substância das normas jurídicas trabalhistas.
(D) os acordos coletivos de trabalho e as convenções coletivas de trabalho.
(E) as greves de trabalhadores em busca de melhores condições de trabalho.
32. A Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 5/10/1988 apresenta em seu artigo 7º um rol de direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, dentre os quais está inserido:
- (A) O seguro desemprego em caso de desemprego voluntário ou involuntário.
(B) A proteção em face da automação, na forma da lei.
(C) A irredutibilidade do salário, mesmo por força de convenção ou acordo coletivo de trabalho.
(D) O repouso semanal remunerado obrigatoriamente aos domingos.
(E) O estabelecimento, por força de lei, de requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.



<p>33. É certo que a relação de trabalho se distingue da relação de emprego, sendo que a primeira abrange a segunda. A Consolidação das Leis do Trabalho apresenta os elementos caracterizadores da relação de emprego, NÃO se inserindo, dentre eles,</p> <p>(A) a subordinação jurídica. (B) a pessoalidade na prestação dos serviços. (C) a exclusividade dos serviços prestados. (D) a onerosidade. (E) o trabalho não eventual.</p>	<p>37. O trabalhador Athos exerceu as funções de vigilante em agência bancária e esteve exposto, de forma permanente, a atividade que, por sua natureza ou método de trabalho, implicou em risco acentuado em virtude de exposição permanente a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial. Nessa hipótese, conforme previsão contida na Consolidação das Leis do Trabalho, o empregado fará jus ao pagamento de adicional de</p> <p>(A) penosidade, calculado em 10% sobre o salário básico. (B) periculosidade, calculado em 30% sobre o salário básico. (C) periculosidade, calculado em 15% sobre a remuneração global. (D) insalubridade, calculado em 40% sobre o salário global. (E) insalubridade, calculada em 10%, 20% ou 40% sobre o salário mínimo nacional.</p>
<p>34. Um dos princípios do Direito do Trabalho é a continuidade da relação de emprego. Entretanto, há determinadas situações que ocorre uma sustação temporária das obrigações e efeitos do contrato de trabalho, denominadas pela Doutrina como <i>suspensão ou interrupção do contrato de trabalho</i>. É considerada como modalidade de suspensão do contrato de trabalho:</p> <p>(A) aposentadoria por invalidez. (B) licença paternidade. (C) afastamento em caso de aborto espontâneo e não criminoso. (D) repouso semanal remunerado. (E) afastamento por 2 dias consecutivos em caso de falecimento de cônjuge.</p>	<p>(A) penosidade, calculado em 10% sobre o salário básico. (B) periculosidade, calculado em 30% sobre o salário básico. (C) periculosidade, calculado em 15% sobre a remuneração global. (D) insalubridade, calculado em 40% sobre o salário global. (E) insalubridade, calculada em 10%, 20% ou 40% sobre o salário mínimo nacional.</p>
<p>35. A Consolidação das Leis do Trabalho prevê algumas hipóteses em que ocorrerá a resolução do contrato de trabalho em razão de falta grave cometida pelo trabalhador. Assim, na terminologia legal, são motivos que constituem a justa causa para extinção do contrato de trabalho pelo empregador, EXCETO:</p> <p>(A) ato de indisciplina. (B) incontinência de conduta. (C) desídia no desempenho das respectivas funções. (D) violação de segredo da empresa. (E) recusa em realizar serviços defesos por lei ou alheios ao contrato.</p>	<p style="text-align: center;">Noções de Direito Processual do Trabalho</p> <p>38. A Constituição da República Federativa do Brasil dispõe sobre a organização dos Poderes do Estado, com capítulo próprio sobre o Poder Judiciário. De acordo com tais normas, são órgãos da Justiça do Trabalho:</p> <p>(A) Superior Tribunal de Justiça, Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento. (B) Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais de Justiça e Varas do Trabalho. (C) Supremo Tribunal Federal, Tribunais Regionais do Trabalho e Juízes do Trabalho. (D) Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Juízes do Trabalho atuando em Varas do Trabalho. (E) Supremo Tribunal do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Federal e Varas do Trabalho.</p>
<p>36. A Doutrina conceitua o aviso prévio como o ato de comunicação antecipada de uma parte a outra da intenção de romper o contrato de trabalho. Conforme regras contidas na legislação sobre o instituto do aviso prévio é correto afirmar:</p> <p>(A) É utilizado em todas as modalidades de contratos por prazo determinado e indeterminado. (B) No término normal dos contratos de experiência o seu prazo é reduzido para oito dias. (C) Em contrato por prazo indeterminado que perdurou de janeiro de 2014 até outubro de 2014 o prazo será de trinta e três dias. (D) A falta do aviso prévio por parte do trabalhador dá ao empregador o direito de descontar os salários correspondentes ao prazo respectivo. (E) O valor das horas extraordinárias, ainda que habituais, não integra o aviso prévio indenizado.</p>	<p>39. Os órgãos do Poder Judiciário possuem competência própria fixada na lei, seja em relação à matéria ou quanto às pessoas. Assim, a Justiça do Trabalho é competente para apreciar e julgar</p> <p>(A) ações que envolvam direito de greve. (B) execuções de contribuições de Imposto de Renda dos trabalhadores que não declararam seus rendimentos salariais durante o contrato de trabalho. (C) ações de natureza previdenciária relativas ao benefício da aposentadoria por invalidez. (D) as causas em face da União relativas a direitos humanos cuja violação decorre de descumprimento de tratado internacional. (E) crimes contra organização do trabalho, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira.</p>



40. O advogado em defesa da empresa reclamada, no curso de uma ação trabalhista, pretende utilizar uma medida do direito processual comum que não está prevista na Consolidação das Leis do Trabalho. Tal situação:
- (A) É possível em qualquer hipótese simplesmente pela omissão da Consolidação das Leis do Trabalho.
- (B) Não é possível utilizar medida processual que não esteja prevista em lei trabalhista.
- (C) Ficará condicionada a verificação judicial e restrita a fase de execução da sentença.
- (D) É possível diante da omissão da Consolidação das Leis do Trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com o processo judiciário do trabalho.
- (E) É possível em face da ausência de norma processual da Consolidação das Leis do Trabalho, restringindo-se a fase de conhecimento.
41. Em uma ação que tramita na Justiça do Trabalho em que o reclamante empregado postula o pagamento de indenização por danos materiais em face da reclamada empregadora, é correto afirmar:
- (A) Os atos processuais serão públicos não comportando nenhuma exceção em razão do interesse social.
- (B) Os prazos para realização dos atos contam-se com inclusão do dia do começo e do vencimento, ficando suspensos nos finais de semana.
- (C) Os prazos processuais que se vencerem na sexta-feira, terminarão na segunda-feira da semana seguinte.
- (D) As audiências serão públicas e realizar-se-ão nos dias úteis, somente no horário compreendido entre as 11 e 19 horas, não podendo ultrapassar 2 horas seguidas.
- (E) A penhora na fase de execução da sentença poderá ser realizada em domingo ou feriado, mediante expressa autorização judicial.
42. Em relação às custas e aos emolumentos nos dissídios individuais e coletivos do trabalho e nas ações e procedimentos de competência da Justiça do Trabalho, é correto afirmar:
- (A) As custas no processo de conhecimento incidirão à base de 2%, observado o mínimo de R\$ 10,64.
- (B) Quando houver acordo, o pagamento das custas caberá à reclamada visto que arcará com pagamento ao reclamante.
- (C) Não há previsão legal para o pagamento de custas ou emolumentos no processo ou fase de execução.
- (D) Não haverá qualquer responsabilidade do ente sindical pelo pagamento das custas devidas caso o empregado não tenha obtido benefício da justiça gratuita ou isenção de custas e tenha havido a intervenção do sindicato no processo.
- (E) São isentos do pagamento de custas processuais as sociedades de economia mista.
43. Kronos ajuizou ação trabalhista em face da empresa Beta & Gama Empreendimentos, utilizando o *jus postulandi*. Ocorre que foi vencido em primeira instância visto que a ação foi julgada improcedente. Inconformado com o resultado da sentença resolveu recorrer. Nessa situação Kronos
- (A) deve constituir advogado e ingressar com recurso de apelação em 15 dias.
- (B) pode utilizar o *jus postulandi* e interpor recurso ordinário em 8 dias.
- (C) deve constituir advogado e interpor agravo de instrumento em 5 dias.
- (D) pode utilizar o *jus postulandi* e ingressar com recurso de revista em 8 dias.
- (E) dependendo do valor da causa deverá constituir advogado e interpor recurso ordinário em 5 dias.
44. É de amplo domínio popular o consagrado ditado “*não basta alegar é preciso provar*”. Nesse contexto, em relação ao instituto das provas no Processo Judiciário Trabalhista, conforme norma legal aplicável,
- (A) caso a testemunha não saiba falar a língua nacional o seu depoimento será feito por meio de intérprete indicado pela parte e as despesas com tal ato serão arcadas pela União.
- (B) nas ações trabalhistas que tramitam pelo rito sumaríssimo cada parte poderá ouvir até 5 testemunhas.
- (C) o documento em cópia oferecido para prova poderá ser declarado autêntico pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal.
- (D) as testemunhas das partes somente serão ouvidas se for apresentado rol de testemunhas em até 15 dias antes da audiência, seja qual foi o rito processual.
- (E) nas ações que tramitam pelo rito sumaríssimo não cabe produção de prova pericial visto que a apreciação da reclamação deverá ocorrer no prazo máximo de 15 dias do seu ajuizamento.
- Noções de Direito Processual Civil**
45. Sobre o litisconsórcio e a assistência, nos termos estabelecidos pelo Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar:
- (A) O juiz poderá limitar o litisconsórcio necessário quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa.
- (B) Salvo disposição em contrário, os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos e os atos e as omissões de um não prejudicarão nem beneficiarão os outros.
- (C) A assistência tem lugar em qualquer dos tipos de procedimento e em todos os graus da jurisdição; mas o assistente recebe o processo no estado em que se encontra.
- (D) Na assistência, sendo revel o assistido, o assistente será considerado seu gestor de negócios.
- (E) A assistência não obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, casos em que, terminando o processo, cessa a intervenção do assistente.



46. Isael, advogado, viaja para a Espanha para fazer um curso com duração de 6 meses na Universidade de Salamanca. Durante o trâmite do curso, Isael acaba se envolvendo em um acidente automobilístico e vem a óbito no local. Isael tem domicílio na cidade de Guajará-Mirim, Rondônia, onde reside sozinho há mais de dez anos e todos os seus bens imóveis estão situados na cidade de Salvador (Bahia), onde nasceu e foi criado. Os filhos de Isael, únicos herdeiros, residem na cidade de São Paulo, onde cursam universidades. Isael saiu do Brasil rumo à Espanha do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro. Neste caso, nos termos estabelecidos pelo Código de Processo Civil, a competência para processamento do inventário será o foro da
- (A) comarca de São Paulo, onde residem os herdeiros do falecido.
- (B) comarca do Rio de Janeiro, último local onde o falecido esteve no Brasil.
- (C) comarca de Salvador, onde estão situados os bens imóveis do falecido.
- (D) cidade de Salamanca, na Espanha, onde ocorreu o óbito.
- (E) comarca de Guajará-Mirim, no estado de Rondônia, onde está situado o domicílio do autor da herança.

47. Ricardo ajuizou ação de cobrança pelo rito sumário contra Roberto. Após o regular processamento da demanda e designada audiência de instrução e julgamento com inquirição das testemunhas arroladas pelas partes, o Magistrado prola a sentença de mérito na própria audiência, fazendo a leitura no próprio ato, julgando procedente o pedido inicial. Inconformado, Roberto poderá interpor recurso de apelação no prazo de
- (A) 5 dias contados da data da audiência.
- (B) 15 dias contados da data da audiência.
- (C) 15 dias contados da data da publicação da sentença no diário oficial.
- (D) 5 dias contados da data da publicação da sentença no diário oficial.
- (E) 15 dias contados a partir de 72 horas da data da audiência.

48. Manoel e Matias firmaram um contrato de compra e venda envolvendo obrigação alternativa, cuja escolha para realização da prestação caberá ao devedor Matias. Inadimplido o contrato, Manoel ajuíza ação de execução de título extrajudicial contra Matias. Matias será, então, citado para, em regra, exercer a opção e realizar a prestação dentro de
- (A) 10 dias.
- (B) 15 dias.
- (C) 30 dias.
- (D) 20 dias.
- (E) 5 dias.

49. Sobre a informatização do processo judicial, de acordo com a Lei Federal nº 11.419/2006 analise as seguintes assertivas:

- I. As citações, inclusive da Fazenda pública, excetuadas as dos Direitos Processuais Criminal e Infracional, poderão ser feitas por meio eletrônico, desde que a íntegra dos autos seja acessível ao citando, observando-se, ainda, demais formalidades exigidas pela Lei Federal nº 11.419/2006.
- II. A conservação dos autos do processo poderá ser efetuada total ou parcialmente por meio eletrônico.
- III. Considera-se como data da publicação o segundo dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

Noções de Administração Pública

50. Sobre o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA, é correto afirmar:
- (A) Tem como objetivo orientar a adoção de práticas de excelência em gestão pelas organizações públicas da Administração direta e indireta, limitado à esfera federal.
- (B) Foi instituído pelo Decreto-Lei nº 200 de 1967, com a finalidade de dotar as organizações públicas de eficiência na prestação dos serviços públicos aos cidadãos.
- (C) A participação dos órgãos e entidades dos governos subnacionais no Gespública é obrigatória, tendo sido o programa implementado concomitantemente em todos os municípios brasileiros.
- (D) É um programa federal que visa desenvolver um modelo de excelência em gestão pública, porém é aberto à participação voluntária de organizações públicas ou privadas.
- (E) Objetiva promover instrumentos gerenciais que gerem eficiência por meio do melhor aproveitamento dos recursos, sem prever, contudo, a promoção da gestão democrática e transparente.

51. O *Balanced Scorecard* é um instrumento de apoio à gestão estratégica, que visa fornecer uma visão de conjunto dos fatores críticos de sucesso para as organizações e enfatiza as seguintes dimensões ou perspectivas, EXCETO:
- (A) Financeira.
- (B) Processos internos.
- (C) Aprendizagem organizacional.
- (D) Política.
- (E) Mercadológica (do cliente).



<p>52. É considerado um mecanismo característico da administração gerencial:</p> <p>(A) Controle rígido de procedimentos. (B) Gestão hierárquica. (C) Normas e regulamentos. (D) Controle de legalidade. (E) Gestão por Competências.</p>	<p>56. Com relação à classificação da receita orçamentária, a Origem é o detalhamento das Categorias Econômicas “Receitas Correntes” e “Receitas de Capital”, com vistas a identificar a natureza da procedência das receitas no momento em que ingressam no Orçamento Público. São Origens de receitas orçamentárias, EXCETO</p> <p>(A) receita de impostos e de contribuições de melhoria. (B) receita de operações de crédito e patrimonial. (C) alienação de bens e amortização de empréstimos. (D) receita industrial e de serviços. (E) transferências correntes e transferências de capital.</p>
<p>53. Em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, é correto afirmar:</p> <p>(A) Compreende todas as receitas e despesas para o período de um ano, sendo considerada instrumento de planejamento operacional. (B) Consolida, qualifica e dimensiona a programação de governo para os quatro anos subsequentes. (C) Estabelece metas e prioridades, na programação de governo, para o ano subsequente. (D) É o documento básico para o exercício da atividade financeira e integra os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos. (E) Sua vigência é de quatro anos e tem a função de orientar a elaboração dos demais planos e programas de governo.</p>	<p>57. O Grupo da Natureza de Despesa – GND é um agregador de elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto. A despesa com aquisição de veículo é classificada no GND, denominado de</p> <p>(A) bens móveis. (B) imobilizado. (C) investimentos. (D) material permanente. (E) Inversões Financeiras.</p>
Noções de Orçamento Público e Finanças	
<p>54. Na Lei Orçamentária Anual do Estado do Rio de Pedras, para o exercício de 2016, consta dotação orçamentária para investimento no valor de R\$ 23.500.000. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, a lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que NÃO</p> <p>(A) esteja previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias ou em lei que autorize a sua inclusão. (B) seja compatível com a previsão da arrecadação das receitas que os atenderá. (C) esteja previsto no anexo de metas fiscais. (D) seja compatível com as metas de arrecadação e com as prioridades da administração. (E) esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.</p>	<p>58. Determinado ente público pretende abrir crédito adicional para reforçar o saldo da dotação orçamentária destinada a aquisição de computadores. Segundo a Lei Federal nº 4.320/1964, o crédito adicional a ser aberto é classificado como</p> <p>(A) especial. (B) suplementar. (C) extraordinário. (D) extraorçamentário. (E) capital.</p>
Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região	
<p>55. Segundo a Constituição Federal, um dos instrumentos de planejamento é o Plano Plurianual – PPA. No âmbito da União o Plano Plurianual</p> <p>(A) será apreciado pelas duas Casas do Congresso Nacional e terá vigência de dois anos, iniciando-se no primeiro e terceiro ano de mandato do chefe do Poder Executivo. (B) será apreciado pelas duas Casas do Congresso Nacional e terá vigência de quatro anos, iniciando-se, no segundo ano de mandato do chefe do Poder Executivo. (C) será apreciado, apenas, pela Câmara dos Deputados, com vigência de quatro anos, iniciando-se, no segundo ano de mandato do chefe do Poder Executivo. (D) o encaminhamento do projeto de lei do PPA ao Legislativo é de iniciativa exclusiva do Ministro do Planejamento, orçamento e gestão, com vigência de quatro anos. (E) terá vigência de quatro anos, iniciando-se no primeiro ano do mandato do chefe do Poder Executivo.</p>	<p>59. Nos termos do Regimento Interno do TRT da 14ª Região, os atos do Corregedor são materializados em instrumento denominado</p> <p>(A) deliberação. (B) resolução. (C) edital. (D) provimento. (E) despacho.</p>
	<p>60. Nos termos do Regimento Interno do TRT da 14ª Região, justificar as ausências dos Magistrados incumbe</p> <p>(A) às Turmas. (B) ao Tribunal Pleno. (C) ao Vice-Presidente do Tribunal, na função de Corregedor. (D) à Ouvidoria. (E) ao Presidente do Tribunal, na função de Corregedor.</p>